

Uma conferência estatal sobre saúde e medicina

Após cinco dias de intensos debates, todos os trabalhos apresentados nas sessões plenárias da VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília no decorrer da última semana, foram sintetizados num único documento em favor da estatização gradativa de todos os serviços de natureza médico-hospitalar do País. O texto final é tão abrangente em seus propósitos, de inequívoco caráter ideológico, que chega ao ponto de também sugerir a estatização definitiva da indústria farmacêutica, dos bancos de sangue e da produção dos equipamentos básicos para cirurgias e tratamentos clínicos.

25 MAR 1986

Patrocinado por uma autarquia federal, por dois ministérios e pelo próprio Palácio do Planalto, originalmente o objetivo desse encontro era o de permitir uma avaliação detalhada e atualizada da qualidade dos serviços de assistência médica e previdenciária de que o Brasil dispõe nos dias de hoje, mediante uma discussão conjunta entre representantes da iniciativa privada e técnicos do governo. Era de se esperar, portanto, que tal conferência propiciasse o aparecimento de idéias novas e de sugestões originais que contribuissem para o aperfeiçoamento de um setor que, apesar do significativo progresso material destas últimas décadas, continua apresentando resultados altamente insatisfatórios.

Tal expectativa decorria da própria situação em que se encontra a economia brasileira, vivendo os desafios, as angústias e os dilemas de um tenso e delicado processo de reajuste de suas estruturas às exigências e inovações impostas pelos pacotes econômicos das últimas semanas. Ao decidir substituir o cruzeiro pelo cruzado, procurando assim estabilizar a moeda, liquidar com as especulações financeiras e estimular os investimentos nas atividades produtivas de bens e serviços, o governo brasileiro jogou toda sua autoridade e prestígio num ambicioso programa de combate a uma inflação voraz e destruidora, gerada pelo fantástico déficit público acumulado nestas duas últimas décadas. Ao longo desse período, a crescente presença do Estado no domínio privado, seja por meio das asfixiantes regulações da administração direta, seja por meio das empresas estatais e das sociedades de economia mista da administração indireta, deformou a tal ponto nosso parque fabril, nossos canais de comercialização e nosso setor de serviços que o Brasil se vinha tornando cada vez mais ingovernável.

A decisão de sepultar o cruzeiro, portanto, foi uma cartada dramática para reverter essa situação, criando condições para que o Estado recuperasse o controle sobre si próprio. Eis as razões pelas quais, como já reconheceram o ministro Dílson Funaro e o presidente José Sarney, a principal condição para o sucesso dos planos governamentais de combate à inflação e estabilização da moeda não está nem no congelamento dos preços a nível de consumidor final nem na ação mais efetiva da Sunab — ou dos “fiscais do Sarney” — sobre o comércio, mas sim no controle das despesas públicas. A participação da população na fiscalização dos supermercados e a eficiência dos órgãos fiscalizadores federais foram importantes para o lançamento dos pacotes econômicos, não há dúvida, mas elas de nada valerão se as autoridades não forem capazes de controlar o aparelho de Estado. O Brasil é pobre demais para sustentar o Estado que tem. E isso somente é possível desde que as entidades públicas voltem a cumprir suas obrigações tradicionais, de zelar pela segurança, ministrar educação e organizar os serviços judiciais, deixando à iniciativa privada a responsabilidade pelas demais tarefas — principalmente as produtivas.

Deste modo, é com estranheza que se recebe o documento em prol da estatização de todos os serviços de natureza médico-hospitalar votado pelos participantes da VIII Conferência Nacional de Saúde. Se, hoje, a principal palavra de ordem da maioria absoluta dos brasileiros é a desestatização, tal grau de ineficiência e deterioração de tudo o que está sob a égide do Estado, especialmente na área de atendimento médico e previdenciário, por que investir contra a vontade da opinião pública? Se os próprios signatários desse documento também reconhecem oficialmente que o atual modelo de organização do setor público na área médica é “anárquico, pouco eficaz, não tem crédito junto à população, é excludente, discriminatório, centralizador e corrupto”, por que a teimosia em insistir na ampliação desse modelo?

Evidentemente, o que esteve em jogo na VIII Conferência Nacional de Saúde não foi o bem-estar dos cidadãos. Foi, isto sim, uma antiga e conhecida questão ideológica. Entre outras razões porque os patrocinadores do encontro, cujas convicções ideológicas são notórias, de há muito vinham esperando uma oportunidade para lançar uma nova ofensiva contra a iniciativa privada. E essa oportunidade surgiu no decorrer desse seminário, uma vez que os organizadores concederam 2% do poder de voto para os representantes da rede hospitalar privada. Ao calá-los dessa maneira, puderam manipular os debates e as conclusões, dando-se ao luxo até mesmo de reconhecer o próprio fracasso dos organismos governamentais em matéria de atendimento médico.

Se o argumento da eficiência foi deixado de lado por parte dos advogados da estatização do sistema de saúde, qual a justificativa apresentada na defesa de sua tese? Agindo de maneira sutil, a nomenclatura do Inamps valeu-se de um argumento de natureza ética para fundamentar o documento final do encontro.

O texto, muito habilmente, acusa a rede privada de tentar locupletar-se à custa do governo, falsificando guias de internação e tratamento. O tema da corrupção já se tornou rotineiro nos discursos falsamente moralistas das autoridades dos Ministérios da Saúde e da Previdência, sempre dando destaque excessivo à confirmação das denúncias de irregularidades na rede hospitalar privada. O que essa nomenclatura esquece, porém, é que tais irregularidades são cometidas por setores marginais da iniciativa privada, ou seja, por empresários inescrupulosos que, conhecendo a tradição de tráfico de influência e nepotismo no âmbito da administração pública, imaginaram poder repartir os “lucros” de seus crimes com funcionários venais. Aqui, como em toda a parte, a corrupção é gerada dentro do aparelho estatal.

Aliás, quem se der ao trabalho de verificar a maioria dos casos de corrupção no âmbito do Inamps poderá ver como a grande incidência se deu nos governos anteriores, sob a égide do regime burocrático-militar, quando os diretores regionais da autarquia eram escolhidos não por critérios técnicos, mas sim em função de indicações político-partidárias. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, por exemplo, os principais focos de corrupção foram articulados por pessoas próximas ao centro do poder. Os processos judiciais, por isso, envolvem tantas personalidades que brilharam no regime pós-64 que não chegaram, ainda, ao momento de um julgamento definitivo.

Não é justo, pois, que os estatizantes usem esses casos para atribuir à rede privada em geral uma propulsão incontrolada para a corrupção. Trata-se de uma associação desonesta de idéias, uma vez que o autoritarismo centralizador e estatizante dos últimos 20 anos propiciou o que os cientistas políticos chamam de “fenômeno de corrupção sistêmica”: uma corrupção generalizada e iniciada dentro do aparelho estatal, que se vai ampliando até atingir certos segmentos da sociedade civil.

Como a Nova República prometeu dar um basta a esse tipo de situação, é de se esperar que seus responsáveis saibam controlar os burocratas que, desejando ampliar um poder que exercem de maneira ineficiente, manipulam os fatos e distorcem as verdades, procurando jogar a população contra aqueles que são responsáveis por 85% do atendimento médico do País. O presidente Sarney e os ministros Funaro e Sayad já pensaram no que seria do controle do déficit público, por eles tão apregoado, se a assistência médica entre nós fosse totalmente estatizada?